

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO – ES				
Fonte: Dados e balanço informado pelo Município.				
 				
2023				
Estimativa FUNDEB (Portaria Interministerial n.2 de 19/04/2023)				
R\$ 15.161.269,71				
2022				
Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	Rendimentos de Aplicação Financeira	Receita realizada	Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	Percentual de aplicação na remuneração (Mínimo 70%)
14.359.767,43	84.164,27	14.443.931,70	10.312.110,82	71,39 %
2021				
Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	Rendimentos de Aplicação Financeira	Receita realizada	Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	Percentual de aplicação na remuneração (Mínimo 70%)
13.492.693,84	36.376,98	13.529.070,82	10.314.395,82	76,24 %
2020				
Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	Rendimentos de Aplicação Financeira	Receita realizada	Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	Percentual de aplicação na remuneração (Mínimo 60%)
10.613.495,33	943,52	10.614.438,85	8.207.731,94	77,33%
2019				
Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	Rendimentos de Aplicação Financeira	Receita realizada	Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	Percentual de aplicação na remuneração (Mínimo 60%)
11.481.260,91	10.126,85	11.491.387,76	8.103.826,38	70,52%
2018				
Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	Rendimentos de Aplicação Financeira	Receita realizada	Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	Percentual de aplicação na remuneração (Mínimo 60%)
10.749.993,38	9.967,50	10.759.960,88	7.676.263,22	71,34%
2017				
Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	Rendimentos de Aplicação Financeira	Receita realizada	Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	Percentual de aplicação na remuneração (Mínimo 60%)
9.545.674,02	45.871,28	9.545.674,02	7.027.528,05	73,62%
2016				

Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	Rendimentos de Aplicação Financeira	Receita realizada	Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	Percentual de aplicação na remuneração (Mínimo 60%)
8.943.735,13	16.340,52	8.960.075,65	6.653.754,88	74,26%
2015				
Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	Rendimentos de Aplicação Financeira	Receita realizada	Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	Percentual de aplicação na remuneração (Mínimo 60%)
8.937.247,86	21.825,31	8.959.073,17	6.249.295,01	69,75%
2014				
Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	Rendimentos de Aplicação Financeira	Receita realizada	Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	Percentual de aplicação na remuneração (Mínimo 60%)
8.328.541,38	30.230,86	8.358.772,24	5.225.662,25	62,52%
2013				
Transferências de Recursos do FUNDEB - Imposto e Transferências	Rendimentos de Aplicação Financeira	Receita realizada	Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	Percentual de aplicação na remuneração (Mínimo 60%)
8.081.366,57	17.865,28	8.099.231,85	4.937.433,04	60,96%

Fonte: SIOPE/FNDE¹

Compilando os valores das receitas e despesas expressas na tabela acima, é possível chegar aos seguintes gráficos:

GRÁFICO 1.

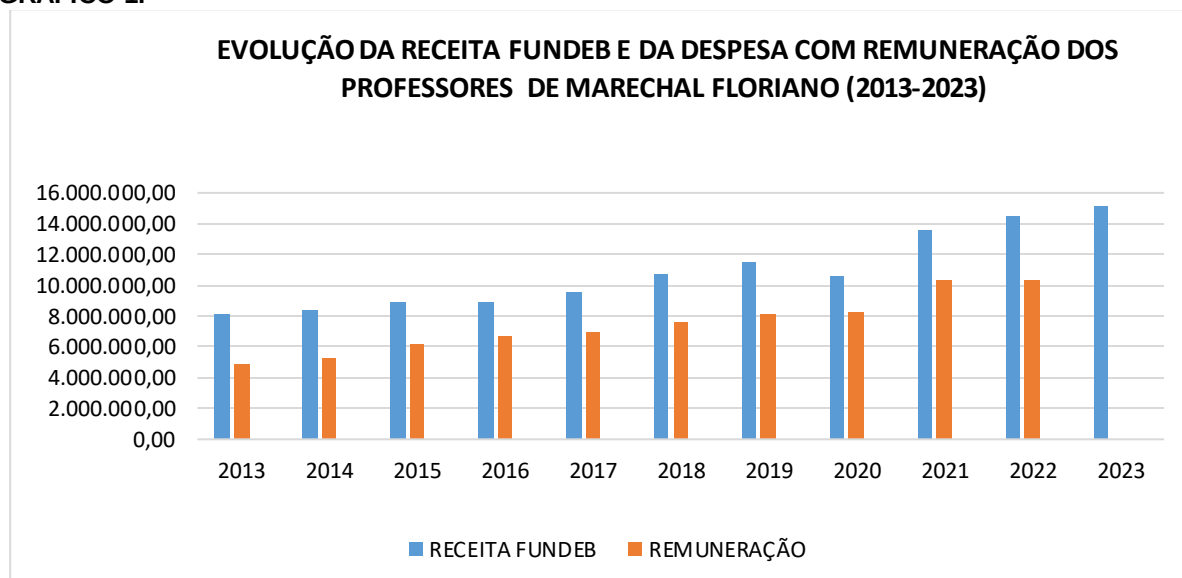


GRÁFICO 2.

¹ O Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) é uma ferramenta eletrônica instituída para coleta, processamento, disseminação e acesso público às informações referentes aos orçamentos de educação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sem prejuízo das atribuições próprias dos Poderes Legislativos e dos Tribunais de Contas.

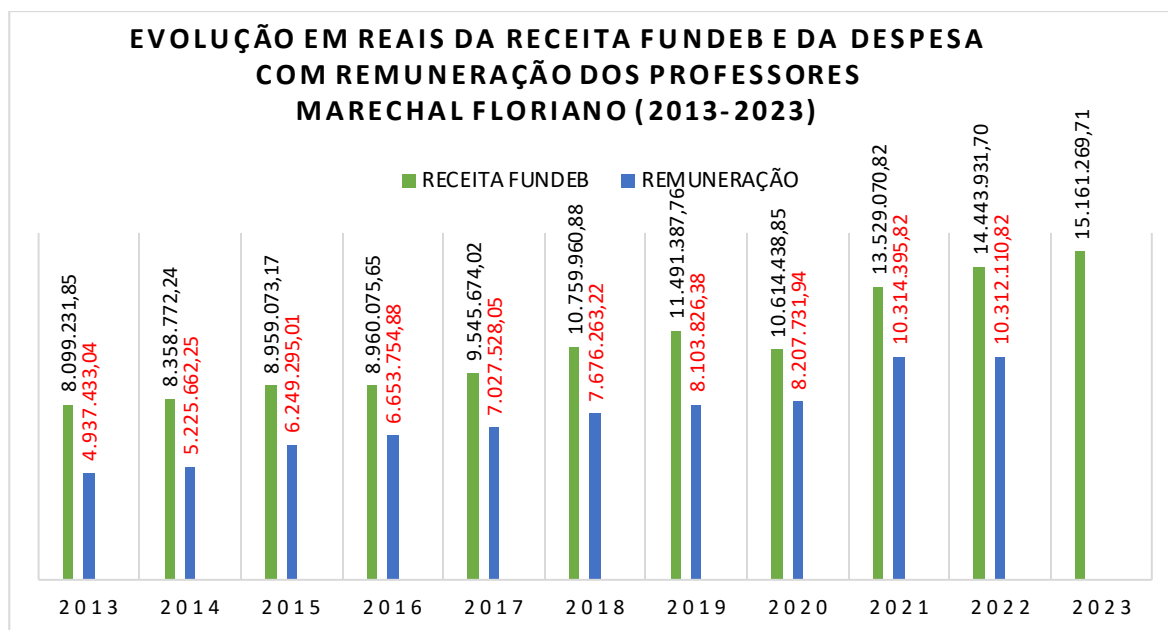
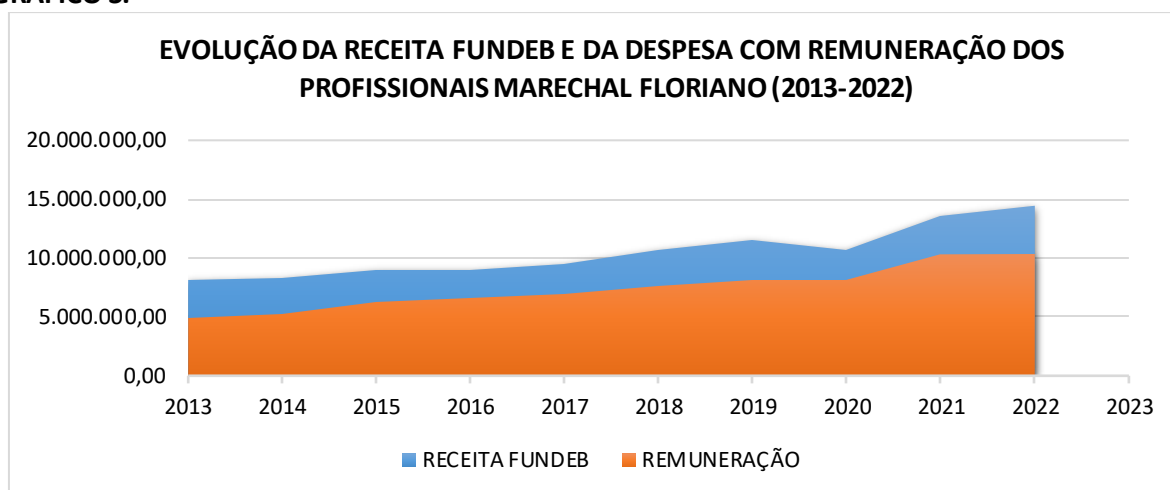
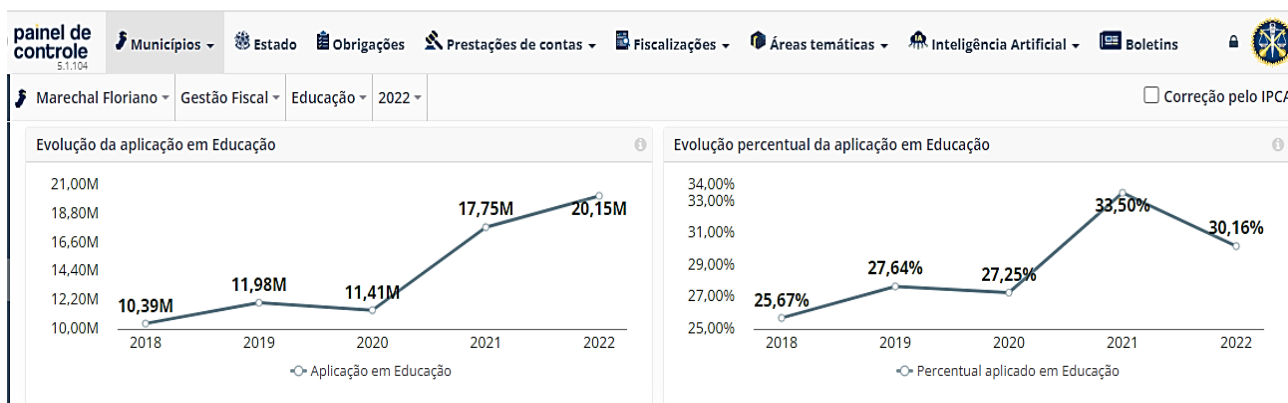


GRÁFICO 3.



Além das receitas já contabilizadas acima, a Secretaria de Educação de Marechal Floriano é contemplada com inúmeras outras transferências financeiras que se somam à do FUNDEB. No relatório abaixo é possível visualizar a evolução das aplicações em Educação realizadas pelo município:



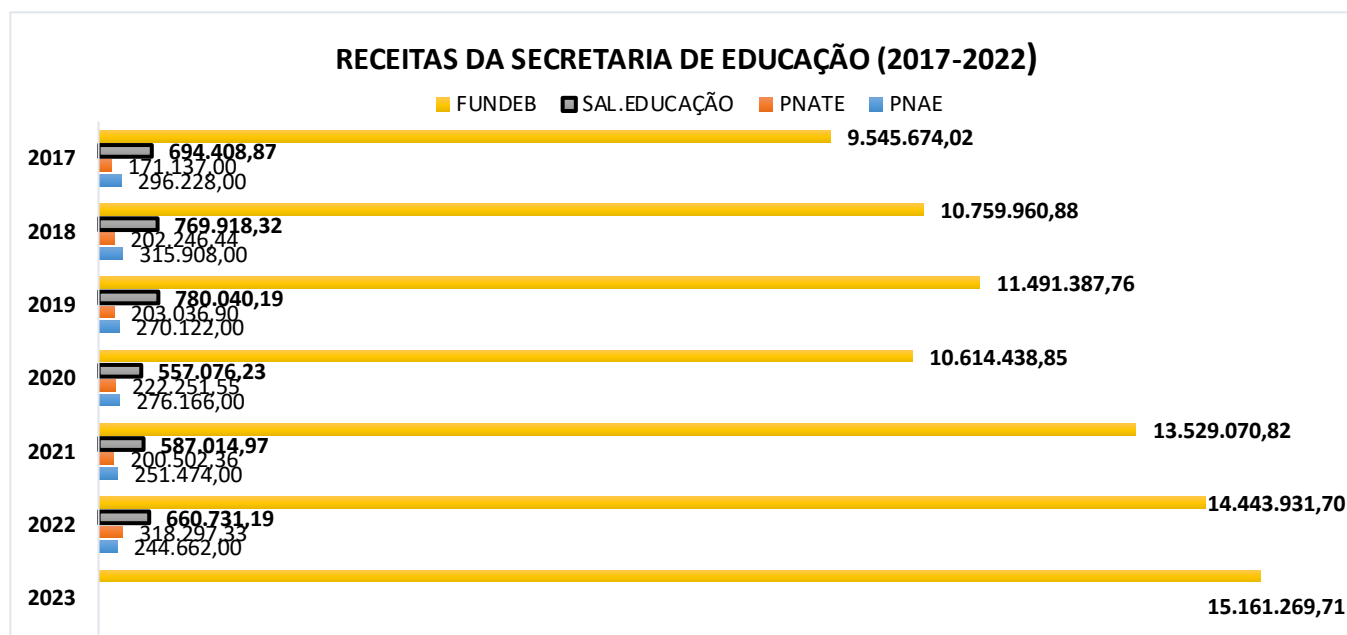
Fonte: <https://paineldecontrole.tcees.tc.br/municipio/2022/marechal-floriano>

A título de outros exemplos que não se esgotam na tabela a seguir², a Secretaria de Educação recebe do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação(FNDE) recursos destinados ao financiamento da alimentação escolar, do transporte e a quota parte do salário educação que é utilizado para diversos fins. Veja a seguir, o relatório que fora compilado no período de 2017-2022:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARECHAL FLORIANO (2017-2022)				
ANO	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PNAE	TRANSPORTE ESCOLAR PNATE	SALÁRIO EDUCAÇÃO	FUNDEB
2022	R\$ 244.662,00	R\$ 318.297,33	R\$ 660.731,19	R\$ 14.443.931,70
2021	R\$ 251.474,00	R\$ 200.502,36	R\$ 587.014,97	R\$ 13.529.070,82
2020	R\$ 276.166,00	R\$ 222.251,55	R\$ 557.076,23	R\$ 10.614.438,85
2019	R\$ 270.122,00	R\$ 203.036,90	R\$ 780.040,19	R\$ 11.491.387,76
2018	R\$ 315.908,00	R\$ 202.246,44	R\$ 769.918,32	R\$ 10.759.960,88
2017	R\$ 296.228,00	R\$ 171.137,00	R\$ 694.408,87	R\$ 9.545.674,02

Fonte: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_result_pc

A partir desses repasses financeiros, é possível melhor analisá-los sob a perspectiva do gráfico. Veja: **GRÁFICO 4.**



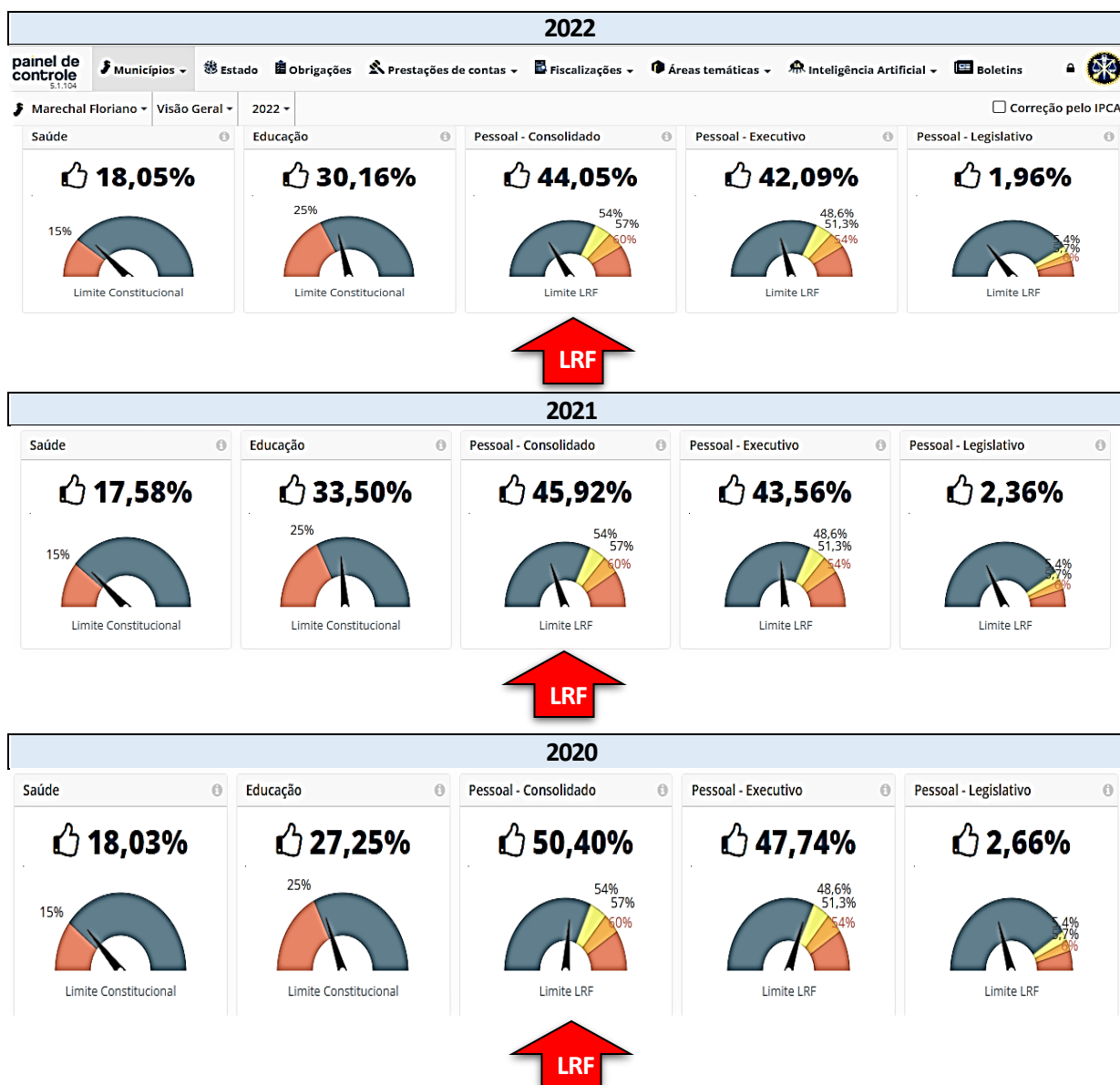
Por fim, mas não menos importante, constata-se e fica evidenciado nas receitas recebidas pelo município de Marechal Floriano e na evolução de aplicação em Educação (painel de controle do TCEES, p.3), que mesmo havendo pequenas variações percentuais no recebimento dos recursos do PNAE até 2022, fica clarividente que os recursos tem aumentado de modo exponencial e, de maneira significativa, os valores do novo FUNDEB têm sido creditados na conta da Prefeitura de Marechal Floriano. Não obstante, conforme publicado pela Portaria Interministerial Nº 2 de 19/04/2023 a estimativa FUNDEB para o município de Marechal Floriano será de R\$ 15.161.269,71.

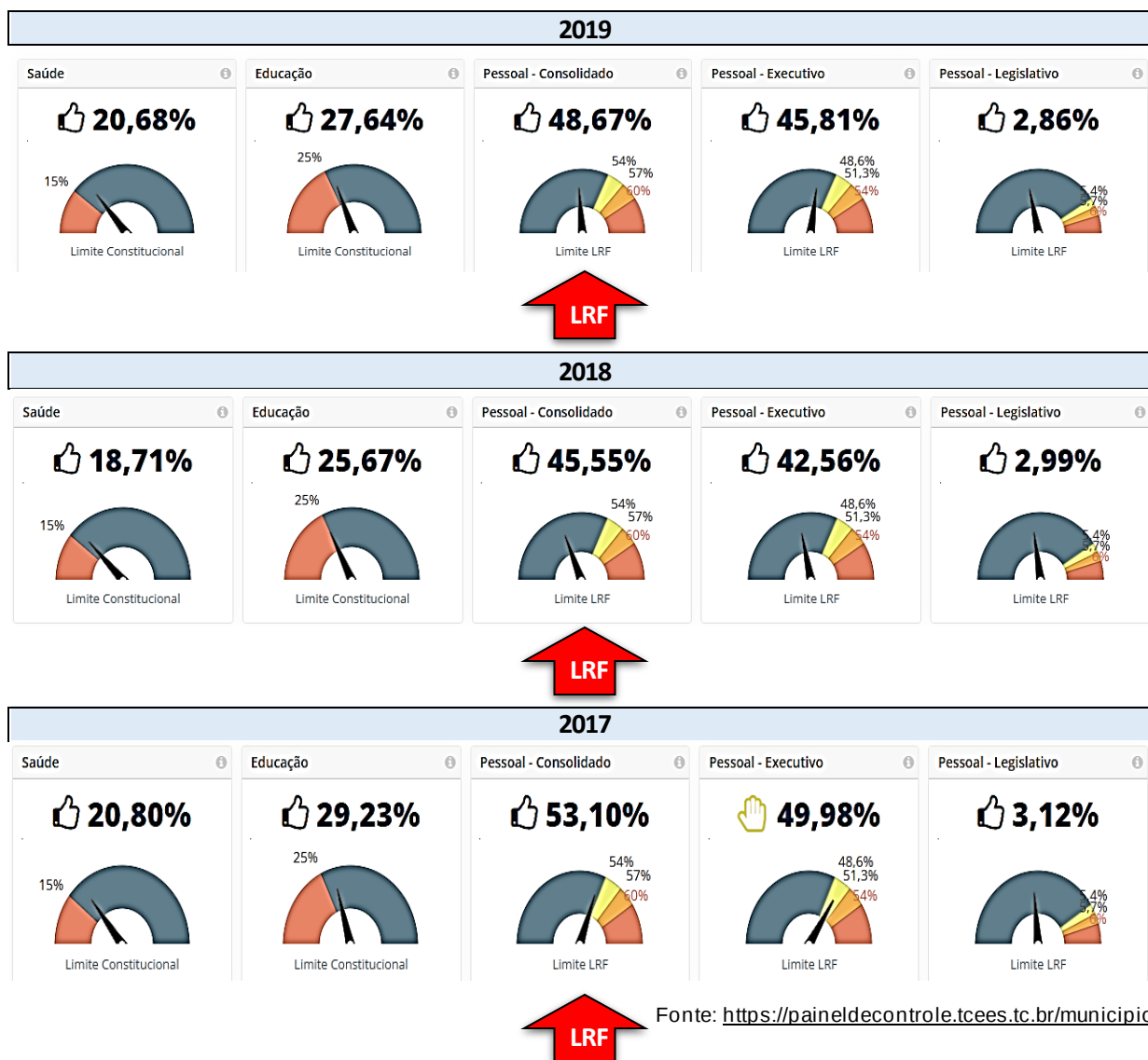
² Não foi contabilizado recursos oriundos do PAR, do PDDE, bem como, recursos estaduais (SEDU) de convênios destinados a obras e ao financiamento das Escolas de Tempo Integral do município.

DESPESAS COM PESSOAL E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO MUNICÍPIO DE MARECHAL FLORIANO

De acordo com a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) as despesas com pessoal nos municípios não podem ultrapassar **60% da RCL** (Receita Corrente Líquida) do Município.

Caso esses gastos atinjam **57% da RCL** o município entra no limite prudencial. Fato este que não se consolidou nos últimos anos em Marechal Floriano a partir dos percentuais que foram publicitados pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) no recorte temporal 2017-2022. Antes mesmo do município atingir o limite prudencial de gastos, quando ele atinge 54% da RCL o Tribunal de Contas já emite parecer de alerta. A seguir, pode-se observar a evolução das despesas com pessoal no Município de Marechal Floriano que encontram-se publicadas pelo TCEES.





Isto posto, constata-se que no Município de Marechal Floriano as finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal estão sendo cumpridas, distanciando-se a cada ano, do limite prudencial (57%).

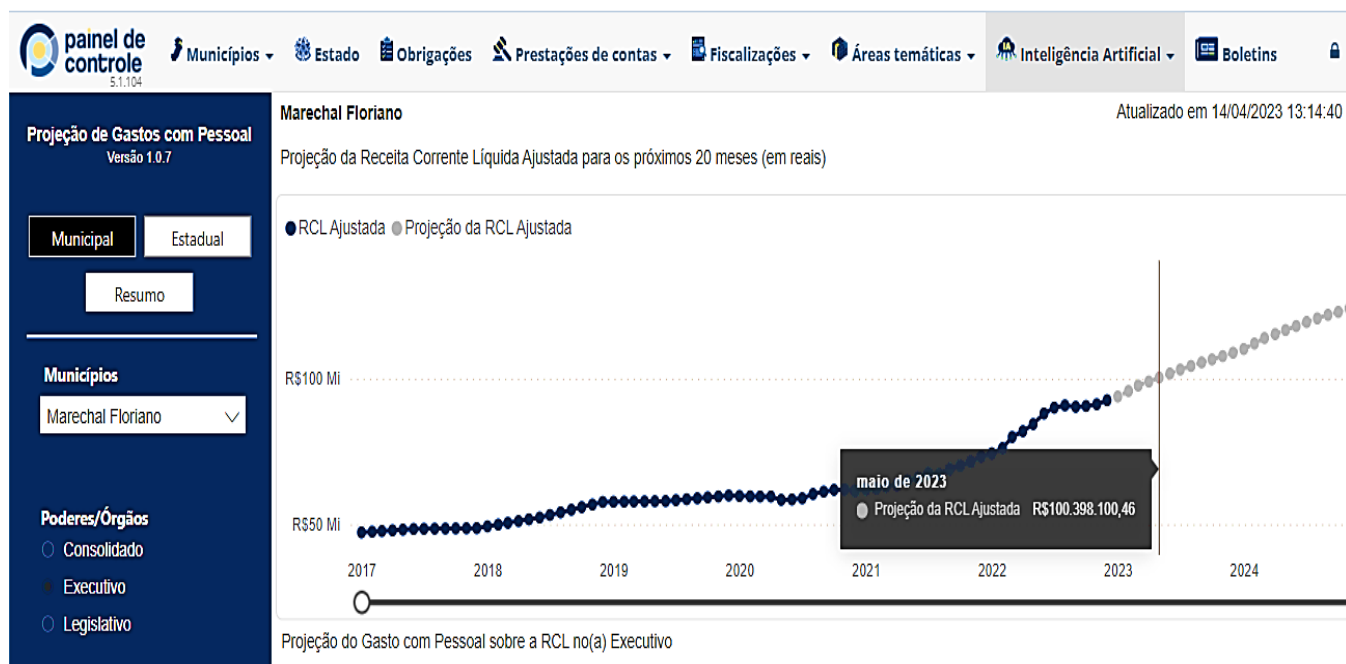
Tal constatação comprova, com dados factuais, a viabilidade de se haver o crescimento de despesas com pessoal sem ferir a LRF, garantindo assim, o pagamento do Piso Salarial do Magistério, que é também um direito constitucional da categoria. Outra constatação feita é que no recorte temporal de 2017 a 2022, apense-se 2023, um percentual muito significativo (67,84%) do piso salarial nacional não foi pago aos professores de Marechal Floriano, causando perdas irreparáveis à carreira que precisam ser corrigidas urgentemente.

Sob a ótica da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), as despesas com pessoal no município de Marechal Floriano e o pagamento do piso salarial nacional podem ser analisadas lado a lado, como se descreve na tabela a seguir:

ANO	LRF (DESPESAS COM PESSOAL EXECUTIVO)	PAGAMENTO DO PISO
2017	49,98%	Pagou 7,64%
2018	42,56%	Não Pagou p/todos 6,81%
2019	45,81%	Pagou 4,14%
2020	47,74%	Não pagou (deu abono)
2021	43,56%	Pagou 12,84%
2022	42,09%	Não pagou 33,24%
2023	-----	Não pagou 14,95%

Os números evidenciam que conforme feito o pagamento ou não do piso salarial aos profissionais da educação - que compõem uma grande parcela da Prefeitura de Marechal Floriano – os percentuais oscilaram para mais ou para menos. E, mesmo nos anos em que o município pagou o piso salarial aos professores (2017, 2019, 2021), o percentual ficou bem distante de ultrapassar 60% da RCL (Receita Corrente Líquida).

E ainda, a Projeção da Receita Líquida de Marechal Floriano para os próximos 20 meses é bastante otimista. Registre-se nessa análise que no mês de maio de 2023 a RCL de Marechal Floriano estava projetada pelo TCEES em R\$ 100.398.100,46.



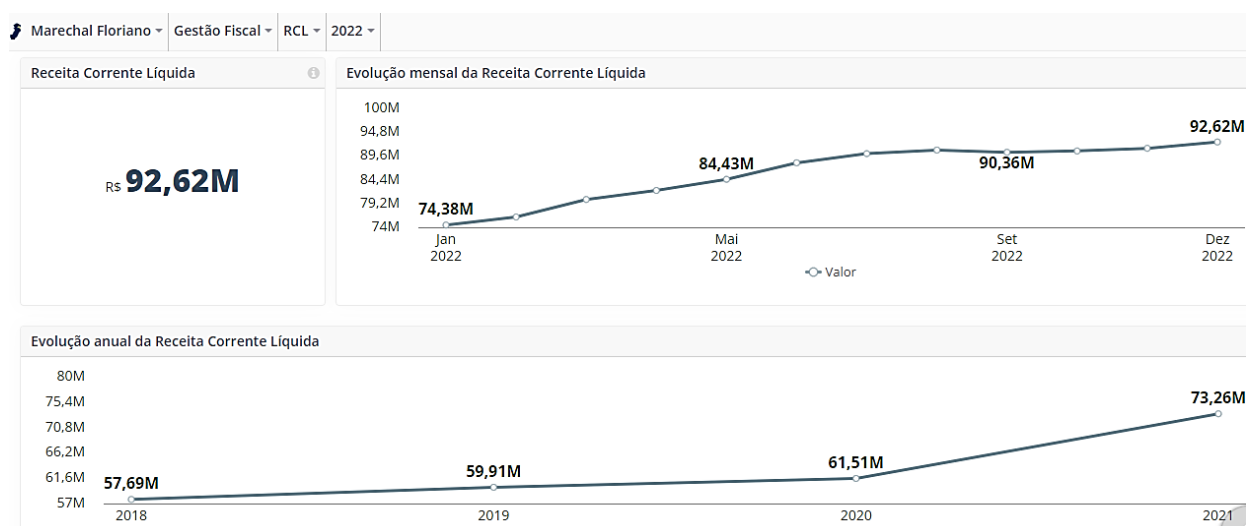
O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL) apresenta a apuração da receita corrente líquida, sua evolução nos últimos doze meses, assim como a previsão de seu

desempenho no exercício. Este demonstrativo integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

No que concerne o gasto com pessoal, a Prefeitura de Marechal Floriano no mês de maio(2023) também encontra-se bem projetada e posicionada quanto aos limites percentuais das despesas, tendo uma real projeção de gastos de 38,24%, distanciando-se sobremaneira, mais uma vez constatado, dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Observe:



De acordo com esses dados apresentados pelo TCEES, o gasto com pessoal - em números absolutos ou em percentuais- são oriundos de modelos matemáticos que fazem projeções podendo se divergir em até 3% (para mais ou para menos). Em valores, temos a seguir, a evolução da RCL de Marechal Floriano (2022). Veja:



O que se observa como público e notório, a partir das informações que foram publicizadas pelo TCEES é que as receitas do Município de Marechal Floriano têm crescido de maneira muito significativa, não restando dúvidas de que há e haverá receita a curto, médio e longo prazo para se fazer o pagamento do piso salarial do magistério público, sem causar danos, nem ferir o teto da Lei de Responsabilidade Fiscal.